

Setembro de 1984

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Quinta-feira 20 10293

no Brasil mas que doravante terá um papel cada vez mais importante dentro da contabilidade.

É necessário preparar esses executivos para que não sejam atropelados pelos acontecimentos e ultrapassados por essa evolução tecnológica que é irresistível e que pode provocar, principalmente junto aos contadores, reflexos indesejáveis na sua profissão como um todo.

Parabenizo todos os contadores que têm contribuído para registrar e analisar todos os atos e fatos administrativos das empresas, e dá diária, mensal e anualmente, uma radiografia de cada momento que as empresas vivem.

O SR. ANTONIO DIAS (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no processo que estamos vivendo, de redemocratização do País, é inconcebível que a população do Distrito Federal não possa exercer o direito de voto em sua plenitude, a fim de eleger a administração local e representantes para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Visando a corrigir essa inaceitável distorção, várias proposições já foram apresentadas no Congresso Nacional, mas infelizmente nenhuma delas, logrou aprovação, frustrando as expectativas e as esperanças de milhares de cidadãos que aqui vivem e trabalham pelo desenvolvimento da região e do Brasil.

Vale lembrar, nobres Colegas, que a Emenda Constitucional nº 2, de 3 de julho de 1956, previa que o Distrito Federal seria administrado por um Prefeito e teria uma Câmara de Vereadores, eleitos por sufrágio direto, para mandatos simultâneos de quatro anos.

A Emenda Constitucional nº 3, de 8 de julho de 1961, por sua vez, atribuiu ao Congresso Nacional competência para fixar a data das primeiras eleições de representantes do Distrito Federal ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Câmara do Distrito Federal.

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde a transferência da Capital da República para o Planalto Central, a Carta Magna consagrava a administração local autônoma e a integração do Distrito Federal no sistema representativo, que é, aliás, inerente ao regime democrático.

Assim como sempre fui favorável à criação da representação política para o Distrito Federal, defendo eleição direta em todos os níveis, sem discriminações, que não se coadunam com o regime democrático e contrariam o princípio constitucional de que "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Brasília, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as Capitais brasileiras e os Municípios considerados estâncias hidro-minerais e declarados de interesse para a segurança nacional não podem continuar marginalizados, sem o direito de contar com governantes escolhidos por suas próprias populações, que não aceitam mais permanecer amordaçadas, sem voz e sem voto.

Na qualidade de representantes do povo brasileiro, nobres colegas, devemos ir ao encontro de sua vontade, de suas aspirações. E hoje, como foi amplamente demonstrado em todo o País, o povo quer participar, quer influir na solução dos grandes problemas nacionais, quer escolher diretamente seus governantes, desde o Presidente da República. E a população de Brasília e suas cidades satélites não foge a essa regra, quer, exige uma representação política através da qual possa manifestar-se, reclamar o atendimento de suas legítimas reivindicações.

Reafirmo, pois, meu apoio à criação da representação política para o Distrito Federal e ao restabelecimento de eleições diretas em todos os níveis.

O SR. ROBERTO CARDOSO ALVES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, faleceu há algum tempo em Monte Azul o Dr. Moacir Alves de Lima, benfeitor da cidade, protetor dos pobres, assistente dos humildes, provedor dos necessitados, anjo da guarda dos pequeninos, exemplo de homem, de profissional, de chefe de família, de esposo, de pai, de profissional, de cidadão

Extremeceu o próximo, mitigou a dor, curou a doença: como um santo, tratou da pobreza.

Ouso homenagear a sua remoção. Para fazê-lo, quero trazer aos Anais de nossos trabalhos versos de S. M. Campos, em sua memória, e que a **Cazeta do Bebedouro**, cidade vizinha à querida Monte Azul, publicou para lembrá-lo aos que tiveram o privilégio de conhecê-lo, de privar de sua amizade, de receber dons de suas mãos.

Tais versos são precedidos de mensagem do próprio jornal.

Eis a mensagem e os versos que, do fundo do coração, como amigo do Dr. Moacir Alves de Lima, rogo a Silvío Pinto Sampaio para fazê-los meus:

"E muito lógico e até mesmo uma atitude muito louvável que infelizmente não se percebe sempre entre os homens, o reconhecimento puro, o agradecimento a um semelhante.

Não importa qual foi o benefício onde aconteceu o fato, qual foi o momento e nem mesmo em que circunstância.

O importante é a semelhança entre o amor e o reconhecimento pleno de humanidade que deve haver entre os povos.

E esta edição prazerosamente publica mensagem de S. M. ao Dr. Moacir Alves de Lima, da vizinha cidade de Monte Azul Paulista.

Ao Dr. Moacir Alves de Lima
Lá vinha ele, falador sorridente
Na mão a surrada maleta

Aquele que curava
que aliviava,
que pensava
que salvava.

Era o anjo dos pobres
Amigo dos que sofriam.

Tempo ruim não havia.
Sagrada sua missão — salvar vida.

Marcado pelos anos,
cansaço de desenganos.

Ainda tem a rigidez no porte
Política ainda é seu forte.

E o mesmo cerne de quando o conheci
Falador.

Sorridente,
Amigo dos pobres
Amigo da gente."

O SR. ARILDO TELES (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderíamos deixar de registrar nos Anais da Casa alguns tópicos do excelente artigo do Prof. Darcy Ribeiro, na **Folha de S. Paulo**, sob o título de "Nunca Tivemos Governos tão Corruptos em nossa História".

Diz o Vice-Governador que "a soma de tudo que os ladrões profissionais do mundo moderno já roubaram será apenas uma parcela do total roubado através da corrupção que existiu no Brasil nesses últimos 20 anos. Nós nunca tivemos, em nossa História, governos tão corruptos, com escândalos tão numerosos e com tamanha impunidade". Essa é a principal imagem que o Movimento de 64 fixou na mente do Vice-Governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil do governo João Goulart.

"Se formos fazer hoje um balanço dessas duas décadas, veremos que aquele 1% da população que já era rico em 64 ficou muito mais rico. E os 50% que já eram pobres tornaram-se miseráveis" — diz ele. "Ainda penso do mesmo jeito que pensava na Casa Civil de Jango: o Brasil precisa ser passado a limpo. Precisa enfrentar o capital estrangeiro, as multinacionais e fazer uma ampla reforma agrária para salvar seus pobres. E o que aconteceu de 64 para cá foi justamente o contrário: tivemos um retrocesso absurdo na nacionalização do País, vende-

mos imensos latifúndios para estrangeiros e ainda acabamos com a estabilidade no emprego, que era uma maneira de fazer o empregado participar um pouco dos lucros do patrão.

Eu ainda penso como Jango: quando houver no País mais proprietários rurais, haverá mais gente vivendo bem. O Brasil sempre foi organizado pelos donos, pelos fazendeiros, pelos patrões, pelos senhores de escravos, que sempre prometeram dividir a riqueza mas nunca dividiram. Não podemos mais esperar por essa divisão, porque o feijão que você não come hoje, não comerá nunca mais. O que nós, os patrões, tipo Roberto Campos e Delfim querem dividir agora é a dívida externa, resultado de um milagre feito à base de estatísticas montrosas, de engodo. Um milagre cujo modelo pode ser Manaus, uma cidade de famintos produzindo vídeo-cassetes.

Nada, absolutamente nada — diz Darcy Ribeiro — "é ou foi feito na Revolução pelos 130 milhões de brasileiros. Tudo fica restrito aos poucos mais de 10 milhões que talvez comam todos os dias. Tudo o que o Governo fez nesses últimos 20 anos foi o contrário. Foi um projeto de governo baseado numa classe dominante estéril e infecunda. Somos um dos maiores produtores de soja do mundo, mas importamos feijão. Ora, isso é de uma incompetência astronômica."

Darcy lembra que, em 64, tinha 42 anos.

"Revolução carunchou 20 anos da minha vida. Saí de Brasília três dias depois do golpe. Fugi num monomotor até uma fazenda do Jango, no Mato Grosso, e de lá fui para o Paraguai. No exílio, escrevi uns dez livros que tiraram umas 150 edições."

Segundo ele, "os governos desastrosos da Revolução conduziram a sociedade brasileira para um estado de grave enfermidade. E o pior é que tudo isso foi tramado e conspirado pelos Estados Unidos, pela CIA. O ruim de conspirar com os Estados Unidos é que, dez, quinze anos depois, eles contam tudo. E hoje, estão aí os documentos provando a participação dos norte-americanos no 31 de março.

O SR. ALCIDES FRANCISCATO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, por diversas vezes, tenho sido inquirido, pelos meus correligionários paulistas das diversas regiões do Estado, a respeito da posição que tomei com relação ao Colégio Eleitoral.

Diante disso, dei uma entrevista ao jornal da cidade de Bauru afirmando, mais uma vez, naquela oportunidade, meu compromisso com o Presidente da República, assinalando que diante de tudo quanto S. Ex. fez por aquela região, faltaria ao dever da lealdade se me negasse a prestar-lhe integral solidariedade.

Devo assinalar que, apesar dos meus compromissos com o Governo, ouço as minhas bases para estabelecer a posição a assumir.

Portanto, logo que tiver resposta a essa verificação, voltarei a esta tribuna para afirmar minha decisão irrevogável.

Fui eleito, nas três últimas legislaturas, com uma média de 75.000 mil votos e não posso virar as costas para o meu eleitorado.

Pesará, na minha decisão, tanto o pronunciamento dos que sufragaram o meu nome em sucessivos pleitos, como a minha posição sempre declaradamente partidária. Entretanto, muitos eleitores dizem que não votaram no partido c, sim, no homem, principalmente nas últimas eleições.

Acredito que, se desejar sobreviver politicamente em 1986, terei de seguir fielmente a orientação das minhas bases políticas.

Temos visto, a cada dia, que se torna mais improvável a votação de qualquer proposta de emenda à Consti-